

ESCUTA FEMINISTA E A REVELAÇÃO DE VIOLÊNCIAS INVISÍVEIS: ANÁLISE DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA UNESP

FEMINIST EAR AND INVISIBLE VIOLENCE'S REVELATION: ANALYSIS OF STUDENT MOVEMENTS AT UNESP

Beatriz Jorge Barreto¹

RESUMO: Diante do cenário de violências observado nos relacionamentos interpessoais em universidades, constata-se que estudantes mulheres são as maiores vítimas dessas agressões. O período compreendido entre 2013 e 2019 foi marcado pelo crescimento no número de acusações e denúncias de violência registradas na Ouvidoria da Unesp e, concomitantemente ao recrudescimento das agressões, ocorre intensa atuação dos movimentos estudantis de resistência a essas práticas na universidade. Este artigo objetiva analisar as experiências do Núcleo MAJU (2018) e do Movimento “Meu professor abusador” (2019), ambos compreendidos como táticas institucionais de *escuta feminista* que, segundo Sara Ahmed (2021), são capazes de ouvir queixas, quebrar barreiras e impedir que as violências se perpetuem de forma invisível e inaudível nas universidades. O artigo é amparado pelas discussões, temas e conceitos abordados por Sara Ahmed nas obras *Vivir una vida feminista* (2018) e *Complaint!* (2021). Os dados coletados e analisados são da pesquisa quantitativa realizada no início de 2020, via plataforma *GoogleForms*, com 121 estudantes da UNESP de Marília. As análises apresentadas neste artigo, demonstram como os movimentos estudantis de *estrugas-prazeres* da UNESP-Marília, se tornaram protagonistas no combate às recorrentes violências no campus, devido à falta de canais institucionais consolidados de suporte legítimo e de confiança para as vítimas. Portanto, as coletividades realizam de forma efetiva o “ouvido feminista”, a integração e acolhimento de estudantes, ao mesmo tempo que evidenciam e confrontam todas essas problemáticas no ambiente universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Escuta feminista; Movimentos estudantis; Universidades; Violência.

ABSTRACT: Given the scenario of conflicts and violence observed in interpersonal relationships in universities, it appears that students and women are the biggest victims. The period 2013 – 2019 was marked by growth in the number of accusations and complaints of violence registered at the Unesp Ombudsman’s Office and, concomitantly, by the resurgence of aggression while there was intense action by students movements resistance against these practices at the University. This article aims to analyze the experiences of the Núcleo Maju (2018) and the Movement “Meu Professor Abusador” (2019), both understood as institutional tactics of *feminist ear* that, according to Sara Ahmed (2021), are able to listen to complaints break barriers, and prevent violence from becoming invisibly and inaudible in universities. This article is supported by the discussions, themes and concepts addressed by Sara Ahmed in the works *Vivir una vida feminista* (2018) and *Complaint!* (2021). The data collected and analyzed is from the quantitative research carried out in early 2020, via *GoogleForms* platform, with 121 students from UNESP, in Marília. The analyzes presented in this article demonstrate how UNESPMarília’s *kill-joys* student movements have become protagonists in the fight against recurrent campus violence, due to the lack of consolidated institutional channels for legitimate support and trust by victims. Therefore, the collectivities effectively carry the function of the “feminist ear”, the integration and assistance of students, while highlighting and confronting all these problems in the University environment.

KEYWORDS: Feminist ear; Student Movements; Universities; Violence.

¹ Bacharel (2021) e Licenciada (2022) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Filosofia (FFC) de Marília. Pesquisadora e assessora do Grupo de Pesquisa Cultura & Gênero, vinculado ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero UNESP/LIEG. Professora de Inglês e Sociologia do Cursinho Popular Angela Davis (São Paulo).

INTRODUÇÃO

Este presente trabalho pretende analisar a atuação dos movimentos estudantis, que surgiram na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) de Marília, por meio de um cenário de conflitos e violências observado nos relacionamentos construídos, no contexto das interações universitárias. Salienta-se que este texto foi produzido durante o período de pandemia, no qual a pesquisadora encontrou-se distante dos espaços físicos da instituição universitária, porém, foi capaz de apropriar-se das discussões, leituras e debates do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG – UNESP/Marília), o qual investiga a problemática da manifestação da violência de gênero na universidade. As pesquisas realizadas, traduzidas e analisadas neste artigo são produto da necessidade de dar visibilidade e relevância às movimentações feministas dentro dos ambientes do ensino superior, como lutas que têm sido travadas ao redor do mundo.

A perspectiva ampla da ocorrência das violências nas universidades, trazida para análise neste texto, procura contextualizar e demonstrar como esse fenômeno não está isolado e não é exclusivamente de caráter do funcionamento nas instituições de ensino superior no Brasil, mas uma realidade muito próxima de outros países do globo. Logo, o artigo apresenta quais são as tendências situadas nos ambientes universitários ocidentais e as problemáticas comuns enfrentadas na América Latina, Europa e Estados Unidos. Evidenciam-se os padrões localizados nesses diferentes espaços universitários, ao reproduzirem uma estrutura de poder desigual, violenta e opressiva.

O artigo objetiva contextualizar a extensão das práticas de violência nas instituições de ensino superior, dando ênfase em como mulheres, em sua maioria, são condicionadas a situações de vulnerabilidade e encontram amparo nas formas de combate e luta. Nesse sentido, objetiva-se demonstrar como jovens estudantes passam a organizar-se e adquirir uma identidade coletiva, frente a falta de apoio e suporte nas agendas de prioridade das instituições de ensino superior, especificamente a da UNESP de Marília. Portanto, o objetivo é analisar as experiências do Núcleo MAJU (2018) e do movimento “Meu professor abusador” (2019), ambos compreendidos como táticas institucionais de *escuta feminista*, pois capazes de ouvir queixas, quebrar barreiras e impedir que as violências se perpetuem de forma invisível e inaudível na universidade.

Os conceitos e discussões apresentados são teorizados nas obras de Sara Ahmed, uma acadêmica independente e escritora feminista britânica-australiana, que trabalha na intersecção de estudos feministas, queer e raciais. Suas pesquisas observam como corpos e mundos tomam forma e como o poder é protegido e desafiado tanto nos espaços cotidianos, quanto nas culturas institucionais. As obras *Vivir una vida feminista* (2018) e *Complaint!* (2021), contribuem para a compreensão do porquê há manifestações das violências nas instituições de ensino superior e como determinadas coletividades resistentes se expressam pela tática do ouvir, a partir de técnicas consideradas feministas.

Após contextualizar a extensão das práticas de violência nas instituições de ensino superior no ocidente e as condições de existência, especificamente, de mulheres nesses espaços, este artigo aborda o histórico de violência da UNESP, uma das maiores universidades públicas do país, e apresenta os dados de uma pesquisa financiada pelo

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em 2019-2020. Por fim, o artigo localiza, no contexto da efervescência da ocorrência, permanência e invisibilidade das práticas de violência no campus da UNESP de Marília, alguns movimentos enquanto coletivos políticos feministas de escuta. Estes movimentos são analisados como *estrugas-prazeres feministas*, pois instauram uma rebelião e obstaculizam a permissividade que existe com relação à violência perpetrada nos ambientes universitários.

CONJUNTURA PLANETÁRIA DE VIOLÊNCIAS E COMBATES ESTUDANTIS NAS UNIVERSIDADES

Para compreender os movimentos de combate à violência presente nas instituições universitárias, especificamente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – campus de Marília, é necessário contextualizar e explicar a existência desse atual cenário de conflitos nesses espaços. Nos últimos 10 anos, universidades ocidentais vêm sendo marcadas pelo crescimento de acusações e denúncias da violência ocorrida nos seus ambientes, de movimentos de resistência contra essas práticas e pela atenção efetiva da mídia sobre os casos. Portanto, é possível afirmar que essas tendências têm se alastrado por todo o planeta, evidenciando problemáticas comuns enfrentadas nos ambientes das instituições de ensino superior da América Latina, Europa, Estados Unidos e etc., como será demonstrado neste artigo.

As práticas de violência observadas em um campus de uma Universidade brasileira, objeto de estudo desta pesquisa, demonstraram não ser eventos isolados e restritos somente aos espaços dessa instituição. Isso significa que universidades ao redor do globo apresentam uma atmosfera hostil para mulheres, pessoas LGBTQIA+, pretos e pretas, na medida em que estas pessoas estão majoritariamente na posição dos vitimados e desamparados nas situações de violência. De acordo com matéria publicada no site *Science*, “muitas universidades da região carecem de políticas formais para relatar, investigar ou punir abuso ou má conduta sexual, ou não aplicam rigorosamente as políticas que possuem” (WESSEL, Lindzi; ORTEGA, Rodrigo Pérez, 2020, p. 843, tradução nossa)².

O cenário conflituoso nas universidades, as quais reproduzem desenfreadamente e institucionalmente o machismo, racismo e LGBTQIA+fobia, acaba sendo desfavorável para uma efetiva democratização justa e segura dos seus espaços. Segundo pesquisa de 2019 realizada em 100 universidades da América Latina por jornalistas da plataforma *Distintas Latitudes*, 60% dessas instituições de ensino superior carecem de políticas para lidar com denúncias de assédio sexual³ (WESSEL, Lindzi; ORTEGA, Rodrigo Pérez,

² Many universities in the region lack formal policies for reporting, investigating, or punishing abuse or sexual misconduct, or don't rigorously enforce the policies they do have (...).

³ Segundo a Lei 10.224, de 15 de maio de 2001, que acrescentou um artigo (o Art. 216-A) ao Código Penal Brasileiro, o crime de assédio sexual é definido como o de “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. Disponível em: [Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, v.8, p. 17-28, Edição Especial 2, 2022.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm#:~:text=LEI%20n%2010.224%2C%20DE%2015%20DE%20MAIO%20DE%202001.&text=Alterar%20o%20Decreto%2DLei%20n,sexual%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 16 abr. 2023</p></div><div data-bbox=)

2020, p. 843). Nesse sentido, movimentos estudantis e feministas têm ganhado força na tentativa de combater e lutar contra práticas de violência presentes nesses ambientes, como quando recorrem ao uso de táticas de apropriação das redes sociais para socialização nessas situações. No México, por exemplo, campanhas acadêmicas têm adotado a *Hashtag* popular *#MeTooAcademicos* e, por toda América Latina, estudantes têm se apropriado das redes sociais por meio da *Hashtag #MePasóEnLaU* (WESSEL, Lindzi; ORTEGA, Rodrigo Pérez, 2020, p. 845).

Para compreender o alcance planetário dessa conexão de denunciante através das *Hashtags*, é preciso contextualizar o surgimento do movimento *#MeToo*, apropriado e utilizado de diversas formas. A *Hashtag* apareceu pela primeira vez nas plataformas de mídia social do *Twitter* e *Facebook* em 2017, como resposta às alegações de agressão sexual contra o produtor de Hollywood, Harvey Weinstein, por parte das atrizes Ashley Judd e Rose McGowan (CHANDRASHEKAR; LACROIX; SIDDIQUI, 2018, p. 1). Com o passar do tempo, *#MeToo* passou a ser uma *Hashtag* muito utilizada e se tornou uma ferramenta nas redes sociais para o compartilhamento das experiências de sobreviventes da violência sexual e de gênero nos locais de trabalho, nas indústrias midiáticas, no entretenimento, na política e, inclusive, na academia.

Em conformidade com as manifestações observadas nas mídias sociais, Christine Fair, acadêmica sênior da Universidade de Georgetown em Washington (EUA), publicou um artigo intitulado *#HimToo: Um cálculo* (*Buzzfeed*, 2017), o qual teve como objetivo evidenciar, nomeando, todos aqueles que a abusaram ou perseguiram dentro dessa instituição de ensino superior norte-americana. Segundo Chandrashekar, Lacroix e Siddiqui (2018, p. 2), a *Hashtag #HimToo* se tornou, assim como *#MeToo*, um meio de nomear e denunciar assédios, agressões ou qualquer violência sofrida nos espaços e relacionamentos estabelecidos nas universidades.

As discussões sobre violência sexual e de gênero nos espaços de ensino superior foram tomando dimensões maiores e alcançando mais países do globo. No Reino Unido, a formação do *lobby* de pesquisa 1752 na *Goldsmiths*, Universidade de Londres, significou uma peça-chave para o combate e a erradicação da má conduta sexual de funcionários na universidade. Nas redes sociais, depois de uma investigação realizada pelo jornal britânico *The Guardian*, o assunto “assédio sexual nas universidades britânicas” tornou-se um dos *trending topics* do *Twitter* no país.

As movimentações estudantis e de mulheres, tanto pelas redes sociais quanto pelos coletivos e ativismos presenciais, geram pressão e revelam violências recorrentes, mas que antes encontravam-se invisíveis ou eram invisibilizadas. Os dados, pesquisas e estatísticas proporcionam um olhar para uma parcela da realidade vivida por mulheres

Além dessa tipificação penal do crime de assédio sexual, pesquisadores têm realizado um trabalho de ampliar e complexificar seu significado, devido à peculiaridade da sua manifestação nas relações construídas nos ambientes universitários. Nesse sentido, o *Projeto Educando para a Diversidade*, convênio entre a UNESP e o Santander Universidades, lançou um *Guia de Prevenção ao Assédio sexista/sexual/identidade/expressão de gênero/orientação sexual*, o qual cumpre com essa tentativa de alargar nosso entendimento com relação ao assédio sexual e protocolar formas de prevenção, identificação e atuação perante situações de assédio, seja sexual, por gênero, por orientação sexual ou por identidade e expressão de gênero. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35482/unesp-elabora-guia-para-prevencao-ao-assedio-na-universidade>. Acesso em: 16 abr. 2023.

nos *campi* universitários e são parâmetros importantes para este artigo, levados em consideração nesta análise. Ademais, uma pesquisa feita pela Comissão da União Europeia, em 2012, intitulada *Gender-Based Violence, Stalking And Fear Of Crime*, revela que mais de metade das estudantes entrevistadas passaram por, ao menos, um caso de assédio sexual durante o período em que estiveram na universidade: 68,8% no Reino Unido, 68% na Alemanha e 54,2% na Espanha (LIMA; CEIA, 2022, p. 10).

Um estudo na Universidade Nacional de Colômbia, denominado *Rompiendo el silencio*, realizado em 2016, traz à tona dados coletados de 1.602 estudantes de graduação e pós-graduação. Esse estudo revelou que 54% das mulheres entrevistadas foram vítimas de algum tipo de violência sexual, seja assédio ou estupro (LIMA; CEIA, 2022, p. 12).

O caráter internacional dessa condição de vivência nos espaços universitários, explícita como a violência de gênero tende a seguir padrões em locais que reproduzem uma estrutura de poder relacional e desigual. Essas formas de organização e socialização, nas instituições de ensino superior, produzem algumas práticas e comportamentos que violam, estigmatizam, inferiorizam e marginalizam determinados corpos e existências. Os argumentos, movimentos e dados abordados nesta primeira parte do artigo justificam a relevância do tema, não somente no Brasil, pois as iniciativas feministas e estudantis de combate às violências ocorrem no mundo todo.

HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA NA UNESP E RESULTADOS DA PESQUISA PIBIC 2019-2020

Após contextualizar a extensão das práticas de violência nas instituições de ensino superior ao redor do globo e as condições de existência, especificamente, de mulheres nesses espaços, é necessário descrever e visibilizar os acontecimentos no Brasil. Os movimentos feministas estudantis e os dados analisados neste artigo adquirem o seu significado no contexto de um dos *campi* de uma das maiores universidades públicas do país, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), localizada e distribuída em unidades pelo interior do Estado de São Paulo. Para compreender a dimensão da ocorrência de violências tipificadas como assédio sexual, coerção, desqualificação intelectual, agressão moral⁴ e etc., em todos os *campi*, é preciso traçar um histórico dos acontecimentos que marcaram essas práticas na UNESP.

⁴ Segundo a pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, realizada pelo Instituto Avon com o Data Popular, foi possível definir seis grupos das violências que ocorrem de forma mais evidente nas universidades. De acordo com especialistas, coletivos feministas e estudantes, esses grupos são: *Assédio sexual* - Comentários com apelos sexuais indesejados / Cantada ofensiva / Abordagem agressiva; *Coerção* – Ingestão forçada de bebida alcoólica e / ou drogas / Ser drogada sem conhecimento / Ser forçada a participar em atividades degradantes (como leilões e desfiles); *Violência sexual* - Estupro / Tentativa de abuso enquanto sob efeito de álcool / Ser tocada sem consentimento / Ser forçada a beijar veterano; *Violência Física* – Sofrer agressão física; *Desqualificação Intelectual* – Desqualificação ou piadas ofensivas, ambos por ser mulher; *Agressão Moral/ Psicológica* - Humilhação por professores e alunos / Ofensa / Xingada por rejeitar investida / Músicas ofensivas cantadas por torcidas acadêmicas / Imagens repassadas sem autorização / Rankings (beleza, sexuais e outros) sem autorização. Disponível em: <https://www.onmulheres.org.br/biblioteca-digital/publicacao.php?autoria=Instituto%20Avon>. Acesso em 16 abr. 2023.

As manifestações de violência nas universidades brasileiras não estão isoladas e distantes de instituições de outros países, como demonstrado neste trabalho. Esse mesmo movimento ocorre nos diferentes *campi* da UNESP, que apesar de separados, apresentam similaridades nos mecanismos de invisibilização, ocorrência dessas práticas e nas resistências a elas. Em 2010, o “Rodeio das Gordas” ou “A Gorda do Rodeio” marcou a vida das instituições de ensino superior paulistas e comprovou a existência de um histórico de violência em todos os *campi* da Universidade. Esse episódio ocorreu no *InterUnesp*, um evento anual de comemoração, competição e integração de estudantes universitários. Na cidade de Araraquara, foi então organizado esse Rodeio nos intervalos das partidas dos jogos e das festas, nos quais estudantes homens, de mais de um campus da UNESP, submeteram meninas julgadas gordas a situações de humilhação e violência⁵.

Pode-se afirmar que, em razão do que ocorreu em 2010 no *InterUnesp*, houve uma transformação definitiva *para e no* corpo universitário paulista, nos anos que se seguiram. O período compreendido entre 2013 e 2019 foi marcado pelo crescimento no número de acusações e denúncias de violência registradas na Ouvidoria da Unesp e, concomitantemente ao recrudescimento das agressões, houve intensa atuação dos movimentos estudantis de resistência a essas práticas na universidade (POSSAS, 2018, p. 7). Esses fenômenos também se deram devido à instauração, em 2014 e 2015, da Comissão Parlamentar de Inquérito⁶, a qual teve como finalidade investigar as violações dos Direitos Humanos e demais ocorridos no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo, nos chamados “trotés”, festas e seus respectivos cotidianos acadêmicos.

Tendo em vista o alargamento significativo no número de denúncias encaminhadas ao órgão da Ouvidoria Geral da UNESP, no período analisado, poderia supor-se que consequência disso é o aumento dos casos de violência. No entanto, de acordo com os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa realizada em 2020, existe uma subnotificação dos casos de violência de gênero registrados na Ouvidoria, especificamente, na do campus da cidade de Marília. A referida pesquisa de iniciação científica, intitulada “O espaço acadêmico. A Ouvidoria/Ouvidorias – o ‘ouvir especializado’”, financiada pela Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), produziu um levantamento de dados, via plataforma *GoogleForms* – devido ao distanciamento social causado pela pandemia da covid-19 optou-se por realizar esse levantamento através desse recurso do *Google* –, com 121 estudantes da UNESP/Marília, do total de mais de 2 mil discentes dessa unidade.

O formulário da pesquisa, aplicado em julho de 2020, foi divulgado no grupo do *Facebook* dos estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (UNESP,

5 Para mais informações, acessar reportagem do G1 intitulada Alunos suspeitos de criar ‘rodeio das gordas’ são ouvidos na Unesp. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/11/alunos-suspeitos-de-criar-rodeio-das-gordas-sao-ouvidos-na-unesp.html>. Acesso em 04 jun. 2023

6 A Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato N°56, de 2014, do Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, teve o objetivo de investigar estes ocorridos, o prazo de funcionamento foi de 120 dias e a data de encerramento foi em março de 2015. Importante destacar que no ano de 2020 uma nova CPI foi instaurada com a finalidade de “apurar denúncias de violência sexual praticada contra estudantes de instituições de ensino superior no Estado de São Paulo, no último ano”, encerrada em dezembro do mesmo ano. Relatório final disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/cpi/?idComissao=1000000599>

FFC-Marília), respondido de forma anônima e teve um tipo de amostragem aleatória e não-estruturada. Dessa forma, a pesquisa pretendeu revelar a percepção das pessoas envolvidas no corpo universitário, com relação à atuação da Ouvidoria Local e à ocorrência de violência nesse campus.

Observou-se com relação ao perfil das pessoas que responderam ao questionário, que a maioria era discente do curso de Ciências Sociais (39,7%), seguido dos de Fonoaudiologia (20,7%), Pedagogia (9,9%), Relações Internacionais (8,3%), Terapia Ocupacional (6,6%), Biblioteconomia (5%), Filosofia (4,1%), Fisioterapia (3,3%) e Arquivologia (2,5%). A idade dos respondentes da pesquisa corresponde à maioria com ou entre 21-25 anos (54,5%), seguida das faixas de 17-20 anos (28,1%), 26-30 anos (12,4%), 31-35 anos (2,5%), 41 anos ou mais (1,7%) e 36-40 anos (0,8%). As respostas de 98 estudantes do gênero feminino, 22 do masculino e 1 não-binário, demonstram que a maioria (66,1%) tem conhecimento sobre a existência do canal da Ouvidoria na UNESP de Marília. Contudo, somente 5% afirma ter utilizado algum serviço desse órgão institucional.

Dos 121 estudantes que responderam à pesquisa, 63,6% já presenciou ou soube de comportamentos ou atitudes machistas no campus de Marília, 58,7% de assédio moral/psicológico, 56,2% da ocorrência de alguma situação de prática de abuso de poder, 38% da prática de assédio sexual, 29,8% de comportamentos ou atitudes LGBTQIA+fóbicas, 28,1% de comportamentos ou atitudes racistas e 23,1% nunca presenciou ou soube desses abusos. A subnotificação dos casos de violência de gênero na UNESP está expressa ao analisarmos que entre 2019 e 2020, a Ouvidoria Geral acatou 449 denúncias, na medida em que somente no campus de Marília, 121 estudantes presenciaram ou souberam de algum caso de violência apresentadas 332 vezes.

A pesquisa quantitativa possibilita analisarmos, categoricamente, a presença de práticas de violência na UNESP de Marília. Ressalta-se que a percepção do corpo estudantil com relação ao que ocorre nos próprios ambientes de estudo, convivência e lazer é alarmante, dado que a maioria já soube ou presenciou algum tipo de comportamento inadequado dentro das relações estabelecidas nesse campus universitário. Em face desse estudo, observa-se a falta de compromisso, amparo e responsabilidade das instituições de ensino superior e seus respectivos instrumentos legais, no apuramento e na investigação dos casos de violência em seus ambientes. Isso acontece quando a violência, que é dirigida mais para alguns corpos do que para outros, torna-se tangível, mas o *silêncio institucional* prevalece.

Observando o cenário apontado neste artigo, a pesquisa revela que, apesar de algumas iniciativas por parte da Ouvidoria Geral e da UNESP, como a instauração da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade⁷, as universidades, segundo Ahmed (2018, p. 132), necessitam adotar, além desses compromissos simbólicos, *normas institucionais* que, de fato, transformarão as condições de vivência em seus espaços.

As demandas e percepções estudantis são claras, ao converterem-se em ativismos digitais, coletivos e movimentos feministas, assumindo a vanguarda na

⁷ Para saber mais, conferir no site: <https://www.culturaegenero.com.br/avancos-na-unesp-em-2022-direitos-e-equidade-garantidos/>

exposição e na luta contra práticas de violência na universidade. Os coletivos estudantis representam a parcela de estudantes que sofre violência e, na mesma medida, deseja fazer algo à respeito disso, pois passam a manifestar suas insatisfações diante da opressão pela estrutura rígida burocrática-hierárquica da instituição. É nesse sentido que estudantes veteranos e ingressantes passam a se reunir e a adquirir uma identidade coletiva frente à falta de apoio e suporte nas agendas de prioridade das universidades, construindo uma rede de apoio sólida e eficaz.

TÁTICAS INSTITUCIONAIS DE *ESCUA FEMINISTA* NA UNESP DE MARÍLIA

No contexto universitário apresentado, nessa efervescência da ocorrência, permanência e invisibilidade das práticas de violência no campus da UNESP de Marília, alguns movimentos surgem como coletividades políticas ou táticas institucionais de *escuta feminista*. De acordo com Sara Ahmed (2018, p. 73), as relações engendradas no contexto das instituições de ensino superior, determinam, modelam e orientam corpos em um *sistema de tráfico*. Nesse sentido, as universidades são transformadas em um sistema de apoio, proteção e privilégios para os que ocupam lugares de prestígio e poder, que em sua maioria são homens.

Na medida em que há essa lógica de direcionalidade, são criadas algumas *barreiras institucionais*, os denominados *muros*, que tornam tanto o que é dito quanto o que é feito, invisível e inaudível nas universidades (AHMED, 2021, p. 6). Segundo Ahmed (2018, p. 161), os muros criam obstáculos e resistências administrativas, burocráticas e institucionais que, com efeito, promovem segurança, lugar e posição às figuras masculinas dominantes nos cargos de direção e docência nas universidades.

O lado oposto do *sistema de apoio*, denominado *sistema de opressão*, é aquele enfrentado pelos que sofrem as consequências violentas das práticas discriminatórias e abusivas nos ambientes universitários. Nesse contexto, a luta pela existência digna nas universidades é travada de diversas formas e tem ecoado nesses espaços ao redor do globo. Com isso, uma das táticas de luta assumidas é o ativismo dos movimentos feministas emergentes de pautas e interesses em comum, os quais têm ocupado as redes sociais e os espaços físicos das instituições.

Em 2018, a UNESP de Marília presenciou o surgimento do núcleo MAJU, um grupo independente e composto por estudantes mulheres de vários cursos, assumindo um caráter interdisciplinar. O núcleo surgiu, inicialmente, com o intuito de dar visibilidade ao caso do assassinato da estudante da UNESP de Ilha Solteira, Maria Júlia Martins Quintino da Silva⁸ e combater a violência perpetrada nos relacionamentos estabelecidos nos ambientes universitários. Nesse sentido, o núcleo criou algumas estratégias de promoção dos debates sobre as questões de gênero, com uma abordagem ampla e feminista dentro da universidade. Na medida em que as atividades do núcleo avançam, as integrantes passam a ser vistas como *reclamantes* (AHMED, 2021, p. 3) pelo

⁸ Para mais informações, acesse: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/universitaria-morreu-com-cerca-de-15-facadas-em-ilha-solteira-diz-policia.ghhtml>.

fato de localizarem as problemáticas de gênero nesse espaço, como o que aconteceu em uma palestra nas atividades da Ingressada de 2019, intitulada “Problemáticas de Gênero na Universidade”.

Tendo em vista o surgimento dessas percepções do grupo, o núcleo decidiu coletar depoimentos, via plataforma *GoogleForms*, de experiências estudantis envolvidas em situações de assédio por parte de professores e alunos da UNESP de Marília. Segue alguns dos depoimentos:

1- Ocorreu em uma festa da Unesp, em que alguns estudantes alcoolizados tentaram beijar uma amiga à força. 2- Assédio vindo da universidade UNESP por parte de um professor que ficou fazendo o envio de mensagens no *Whatsapp* me assediando. 3-Professor sugeriu que se eu quisesse o certificado de um evento deveria ir na casa dele buscar e que poderíamos tomar um vinho juntos. Nunca denunciei e não busquei o certificado. Foi em 2015.⁹

A partir dos relatos, verifica-se a dimensão da ocorrência da violência nos ambientes universitários e a forma como o assédio é manifestado nas relações entre a comunidade acadêmica, tanto nos momentos das festas quanto nas salas de aula entre professores e estudantes com as alunas. Ao criar legitimidade de fala para as estudantes, diferentemente daquilo que o órgão da Ouvidoria da UNESP foi capaz de realizar, o núcleo MAJU foi responsável por orquestrar uma *tática institucional de escuta feminista*, pois, de acordo com Sara Ahmed “a escuta feminista pode ser tanto um método de pesquisa quanto uma tática institucional” (AHMED, 2021, p. 8-9, tradução nossa)¹⁰. Nesse sentido, o caráter institucional da escuta feminista do núcleo revela sua capacidade de ouvir aqueles silenciados e invisibilizados institucionalmente – como uma tática de *inversão*, ou mesmo *subversão*, daquilo que ocorre dentro da universidade:

Ouvir com a escuta feminista é ouvir quem não é escutado, no contexto de que não somos ouvidas. Se somos ensinados a ignorar a escuta de algumas pessoas, então a escuta feminista é uma conquista. Nós somos silenciadas por aqueles que são ouvidos, mas nós podemos ser as “ouvidas”, o que significa que a escuta pode ser uma conquista. (AHMED, 2021, p. 4, tradução nossa)¹¹

A sintonização do núcleo MAJU na tentativa de criar um espaço para um avanço nos debates sobre gênero na universidade, revelou a capacidade desse coletivo feminista de mulheres na conquista da confiança e lealdade na realização de uma queixa ou denúncia. Essa ação feminista, como ondas na água, reverberou pelo campus de Marília

⁹ Depoimentos coletados via formulário enviado às estudantes de todos os cursos da UNESP Marília em 2018 e 2019, publicados na página do *Facebook* do Núcleo. Disponível em: <https://www.facebook.com/majunucleo/posts/pfbid02g78Q8TdHGDPvZHtq69UxTBkq4RzfqLyVpcN4biskW1tx6rASmWd4bYE2kX5G2U1>. Acesso em 04 jun. 2023

¹⁰ A feminist ear can thus be a research method as well as an institutional tactic.

¹¹ To hear a feminist ear is to hear who is not heard, how we are not heard. If we are taught to tune out some people, then a feminist ear is an achievement. We become attuned to those who are tuned out, and we can be those, which means becoming attuned to ourselves can also be an achievement.

e amplificou o debate. Dessa forma, a visibilidade das problemáticas na Universidade impulsionou o surgimento do movimento “Meu professor abusador”, no final de 2019. Inspiradas pelo que já havia ocorrido na USP (Universidade de São Paulo), mulheres do corpo acadêmico da UNESP de Marília passaram a organizar encontros para debaterem sobre a violência no campus.

As reuniões do grupo denominado “Meu professor abusador” colocaram as integrantes em estado de alerta e culminaram na escrita de uma carta de repúdio contra atitudes machistas, assédios morais e sexuais e violências por parte dos docentes¹². A carta foi lida em uma das reuniões de um departamento do campus e causou grande impacto na comunidade acadêmica da época. No entanto, apesar do posicionamento de repúdio do departamento à Congregação da Faculdade, com relação a essas práticas de violência no relacionamento entre docentes e discentes, o movimento perdeu força devido à pandemia do Covid-19 e ao temor por represália e perseguição dentro da Universidade.

Segundo Sara Ahmed (2021, p. 8), uma queixa, usualmente, é compreendida como a quebra de um vínculo de laços e conexões presentes em uma universidade ou em um departamento. Nesse sentido, ao se tornarem *estragas-prazeres feministas*, o movimento instaurou uma rebelião e obstruiu a permissividade que existe com relação às práticas de violência perpetradas por professores na instituição. O “Movimento meu professor abusador” foi expressão de como a atitude de ouvir, articulada pelos interesses da causa feminista, podem criar um espaço de partilha de queixas, reclamações e insatisfações.

De acordo com Ahmed (2021, p. 17), realizar uma denúncia é se tornar um armazém de afeto negativo, um que esteja “vazando e vazando enquanto denuncia”, em suas palavras. Logo, o acolhimento e a segurança proporcionados pelo grupo, fizeram com que as denúncias não transbordassem ou expusessem as vítimas em situações exaustivas, como obstinadamente acontece quando utilizados instrumentos legais e institucionais por parte das universidades.

Portanto, a tática do “ouvir feminista” instaurada pelo movimento demonstra como o ato de denunciar, normalmente, resulta em uma experiência sobre o funcionamento

¹² Conteúdo da carta ““Nós, mulheres graduandas da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, estudantes de política e tantas outras ciências, entendemos que já é passada a hora de uma grande mobilização frente aos assédios morais, sexuais e verbais que sofremos na relação professor-aluna. Estando os professores em uma posição de poder, nos encontramos submetidas a situações degradantes que muitas vezes nos impedem de frequentar aulas ou qualquer outro espaço da faculdade. Desta forma, viemos ao **** anunciar o lançamento do movimento “Meu Professor Abusador” na tentativa de denunciar e evidenciar a recorrência destes assédios. A campanha será pensada e repassada aos outros departamentos para que tenhamos uma mobilização expressiva visando abarcar não somente as relações professor-aluna mas também entre funcionários e os próprios alunos frente ao crescente número de assédios, racismo e homofobia. Agradecemos o apoio *****”. “Desejo expressar minha indignação pelos fatos apontados pelas estudantes. Sinto muita vergonha. Além do crescimento do feminicídio no Brasil, dos abusos de meninas, vamos ver essa situação aqui também? Minha indignação é maior ainda principalmente ao levarmos em consideração a condição de ascendência do professor na relação professor/aluna. Sugiro veementemente que o assunto seja levado à Congregação por meio de uma carta desse Conselho Departamental, à qual me disponho a escrever, propondo uma reação coletiva no Campus com o objetivo de não negligenciarmos diante desse abuso”. Essa carta lida no departamento está documentada na ata da reunião ordinária do Conselho Departamental do dia 08 de outubro de 2019. O documento pode ser solicitado, por qualquer indivíduo, no Portal de Transparência do Sistema de Informações ao Cidadão Unesp. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/transparencia/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

das estruturas desiguais, opressivas e violentas nas instituições de ensino superior, quando desafiadas e expostas. As iniciativas estudantis na UNESP de Marília e no mundo todo, evidenciadas neste artigo, se tornaram protagonistas no combate às recorrentes formas de violência no campus universitário, devido à falta de canais e normas institucionais consolidadas de suporte legítimo e de confiança para as vítimas. Dessa forma, os coletivos estudantis feministas conseguem instaurar de forma efetiva a *escuta feminista*, como tática institucional, ao mesmo tempo em que evidenciam e confrontam todas as problemáticas no ambiente universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu analisar e evidenciar o contexto de surgimento dos movimentos estudantis na UNESP-Marília, como táticas institucionais de *escuta feminista*, que ensejaram a revelação da ocorrência de formas de violências invisíveis e inaudíveis nos espaços da instituição. O cenário atual de conflitos, presente nas universidades ocidentais, vem sendo marcado pelo crescimento de acusações e denúncias da violência ocorrida em seus ambientes, de movimentos de resistência contra essas práticas e pela atenção efetiva da mídia sobre os casos. Essas tendências têm sido manifestadas por todo o planeta, evidenciando problemáticas comuns enfrentadas nas instituições de ensino superior da América Latina, Europa, Estados Unidos e etc., como foi demonstrado neste artigo.

Tendo em vista que universidades ao redor do globo apresentam uma atmosfera hostil para mulheres, pessoas LGBTQIA+, pretos e pretas, constata-se que essas pessoas constituem a maioria das vítimas e dos desamparados nesses espaços. No movimento da tentativa de construir um local favorável para realização de uma efetiva democratização justa e segura das instituições, os coletivos estudantis atuam enquanto protagonistas. Para objetivar e visibilizar os movimentos estudantis de resistência nas universidades brasileiras, esta pesquisa definiu como objeto de estudo a atuação dos coletivos feministas na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), especificamente do campus na cidade de Marília.

A análise do contexto de avanço das mobilizações estudantis contra a violência instaurada nos relacionamentos nas universidades, foi realizada no período anterior à pandemia de Covid-19. Observou-se, depois da propagação do vírus, a adoção de medidas de distanciamento social, as quais causaram modificações na dinâmica de interação entre as pessoas, de modo geral. Poder-se-ia hipotetizar que esse afastamento físico diminuiria ou erradicasse com os casos de violência nas instituições de ensino superior. No entanto, ao examinar os dados da Ouvidoria Geral da UNESP, constatou-se que em 2020 houve um aumento de aproximadamente 72% do número de denúncias encaminhadas ao órgão, em relação a 2019. Logo, é possível afirmar que os mecanismos e as práticas violentas de manutenção das hierarquias existentes nas universidades, mesmo na realização de atividades remotas, ainda caracterizaram as relações constituídas nesses espaços.

O alargamento das denúncias encaminhadas aos órgãos responsáveis das instituições de ensino superior não significa, necessariamente, uma maior atuação e mobilização da universidade na resolução dos respectivos casos. Usualmente, as vítimas

que denunciam a violência sofrida, enfrentam os denominados *muros institucionais*, os quais dificultam ou, ainda, impedem a averiguação e investigação desses episódios. Esse fenômeno ocorre quando a violência, dirigida mais para alguns corpos do que para outros nas universidades, torna-se tangível, mas o *silêncio institucional* prevalece. Logo, o caráter institucional das táticas de escuta feminista dos movimentos estudantis revela sua capacidade de ouvir aqueles silenciados e invisibilizados *institucionalmente* e de *invertir*, ou mesmo *subverter*, o que usualmente ocorre dentro das instituições de ensino superior.

Na medida em que as problemáticas vivenciadas nas salas de aula, festas, “trotés”, repúblicas e etc., são trazidas à tona pelos coletivos e movimentos estudantis, eles são capazes de quebrar as barreiras institucionais, pois tudo aquilo que era dito ou feito, passa a se tornar visível e audível nos espaços universitários. Portanto, reforça-se que, ao realizarem a tática institucional da *escuta feminista* de relatos e queixas, os movimentos evidenciam o modo de funcionamento da Universidade e das suas estruturas, as quais posicionam determinados corpos em lugares desconfortáveis, opressivos e violentos, consequentemente, observam o alargamento da luta e do combate contra essas circunstâncias pelas coletividades resistentes.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **Complaint!**. Durham: Duke University Press, 2021.

AHMED, Sara. **Vivir una vida feminista**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2018.

CHANDRASHEKAR, Karuna; LACROIX, Kimberly; SIDDIQUI, Sabah. Sex and power in the University. **Annual Review of Critical Psychology**, vol. 15, 2018.

LIMA, Melina Moreira Campos; CEIA, Eleonora Mesquita. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES: um panorama internacional do problema. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos; ZANELLO, Valeska. (Orgs.). **Panorama da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022, p. 3 – 28.

POSSAS, Lúcia Maria Vianna. Universidade e relações de gênero: novas estratégias de resistências à cultura do estupro. **Latin American Studies Association**, Barcelona, 2018.

WESSEL, Lindzi; ORTEGA, Rodrigo Pérez. #MeToo Moves South. **Science**, vol. 367, 2020.